

AS RELAÇÕES ENTRE TOPONÍMIA E LITERATURA EM “CRÔNICA DA RUA 513.2”, DE JOÃO PAULO BORGES COELHO

Patrícia de Oliveira Batista¹

Sueli da Silva Saraiva²

RESUMO: Este trabalho analisa as relações entre toponímia e literatura, especificamente para descrever e explicar como foi ficcionalizado o processo de nomeação de lugares apresentado no romance “Crônica da Rua 513.2”, do escritor João Paulo Borges Coelho (2020). Recorrendo à pesquisa bibliográfica, o presente trabalho partiu de contribuições teóricas sobre toponímia, como Dick (1982; 1992) e Isquierdo (2020); sobre a literatura moçambicana, a partir de Noa (2008), Mata (2000) e Can (2008; 2012). Compararam-se as definições dos conceitos de superposição e de transplantação às aplicações sugeridas pelo olhar do narrador do referido romance, que, lançando reflexões sobre a ocupação da sua terra natal por “invasores”, critica as substituições dos nomes de ruas pré-existentes à chegada dos estrangeiros, que viriam a substituí-los, e as transplantações de nomes de localidades europeias para serem aplicadas às localidades africanas. Identificou-se, por exemplo, que no romance estudado os personagens reivindicam a função do nome de lugar como uma manifestação de resistência política e de preservação da memória coletiva de seus comuns, contrariando as perspectivas dos colonizadores, configurando uma perspectiva pós-colonial presente na obra de João Paulo Borges Coelho.

Palavras-chave: Crônica da Rua 513.2. João Paulo Borges Coelho. Literatura moçambicana. Toponímia.

ABSTRACT: This work analyzes the relationship between toponymy and literature, specifically to describe and explain how the process of naming places presented in the novel “Crônica da Rua 513.2”, by writer João Paulo Borges Coelho (2020), was fictionalized. Using bibliographical research, this work started with theoretical contributions on toponymy, such as Dick (1982; 1992) and Isquierdo (2020); on Mozambican literature, from Noa (2008), Mata (2000) and Can (2008; 2012). The definitions of the concepts of superposition and transplantation were compared to the applications suggested by the look of the narrator of the aforementioned novel, who, launching reflections on the occupation of his homeland by “invaders”, criticizes the substitutions of pre-existing street names to the arrival of foreigners, who would replace them, and the transplantation of names of European locations to be applied to African locations. It was identified, for example, that in the studied novel, the characters claim the function of the place-name as a manifestation of political resistance and preservation of the collective memory of its commons, contradicting the colonizers' perspectives, configuring a post-colonial perspective present in the work by João Paulo Borges Coelho.

Keywords: Chronicle of Street 513.2. João Paulo Borges Coelho. Mozambican literature. Toponymy.

¹ Discente do curso de Especialização Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

² Professora adjunta do Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) da UNILAB. Doutora e Mestre em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É pesquisadora na área de literaturas africanas de língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

No romance “Crônica da Rua 513.2” (2020), o escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho traz à tona um enredo costurado com inúmeras ironias, inclusive criticando uma rua como um microcosmo, metonímico, do que seria o país como um todo, com seus personagens mais característicos, desde portugueses até os filhos pátrios, e suas atuações sociais. Inúmeros conflitos evidenciados na história do país ganham suas pequenas versões no romance, a saber: a perseguição aos indianos, o espaço silenciado das mulheres, a guerra civil pós-independência, entre outros. A narrativa envolve, por exemplo, críticas aos personagens políticos, assombrados por fantasmas que representam como a situação no pós-independência, repleta de vícios do passado, está circularmente fadada ao fracasso.

Nesse sentido, de acordo com Nazir Can (2012), no romance João Paulo Borges Coelho apresenta uma relação entre história, revolução e memória em um processo de ficcionalização do período pós-colonial moçambicano, com a publicação desta obra quase três décadas após a independência.

A leitura de “Crônica da Rua 513.2” lançou-nos grande curiosidade sobre a relação entre os nomes próprios atribuídos às ruas do espaço ficcional onde se ambientam as tramas do romance e motivou-nos a investigar sobre as relações que esses nomes podem ter com os aspectos literários da obra e com a própria história recente de Moçambique.

Desse modo, por meio de uma abordagem interdisciplinar, relacionando literatura, linguística, história e aspectos sociais, propõe-se uma análise sobre como foi ficcionalizado o processo de nomeação de lugares apresentado nesse romance moçambicano. Em defesa dessa perspectiva, identificamos que o narrador, especialmente no prólogo, dedica-se a refletir sobre as imposições e, ao mesmo tempo, a resistência dos povos autóctones quanto ao processo de nomeação de ruas, bairros e cidades seguindo as tradições e anseios de quem os nomeia.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica é imprescindível e, neste trabalho, foi construída a partir de artigos científicos, livros, dissertações e teses. Assim, abordamos contribuições teóricas sobre toponímia, como Dick (1982; 1992) e Isquerdo (2020); sobre literatura moçambicana e, especificamente, sobre o romance “Crônica da Rua 513.2”, de João Paulo Borges Coelho (2020), amparado também nas pesquisas de Can (2008; 2012), Mata (2000) e Noa (2008), por exemplo.

Apresentamos, na segunda seção deste artigo, uma breve contextualização da história das literaturas africanas de língua portuguesa e de sua relação com o pós-colonialismo. Na seção seguinte, apresentamos o autor João Paulo Borges Coelho e um resumo do romance “Crônica da Rua 513.2”, já antecipando articulações entre ficção literária e história de Moçambique. Na quarta seção, desenvolvemos uma análise sobre as relações entre os nomes próprios de lugar, por um viés linguístico-literário, e o processo de resistência pós-colonial, argumentando sobre o papel da literatura nesse processo. Por fim, apresentamos nossas considerações críticas finais alcançadas por meio deste estudo interdisciplinar e elencamos as referências bibliográficas consultadas.

AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: DA LITERATURA COLONIAL AO PÓS-COLONIALISMO

De acordo com Francisco Noa (2008), em se tratando de literatura africana/moçambicana, antes do rompimento com uma literatura dita colonial, houve uma variação ideológica, por vezes contraditória, marcada por artistas, jornalistas e intelectuais entusiastas pela defesa dos interesses africanos, reivindicando mudanças políticas, por meio de seus escritos publicados na imprensa.

Apesar disso, nesse contexto, o que existiu foi uma elite moçambicana assimilada que se reconhecia como africana e, ao mesmo tempo, ansiava por uma identidade portuguesa. Os principais nomes desse período foram João Albanisi, autor da primeira obra de ficção moçambicana, “O livro da dor”, publicado postumamente em 1925, e Rui de Noronha, autor de “Sonetos”, também postumamente publicada em 1946 (NOA, 2008).

Inocência Mata (2000, s/p) reitera essa ponderação ao afirmar que essa elite “[...] apenas simbolicamente antagonizava os significantes negro/branco.” A escritora são-tomense registra que várias obras atestam uma postura de complementaridade de opostos e até de coligação contra a dominação colonial, ilustrada, por exemplo, em poemas de Francisco José Tenreiro, como a “Canção do mestiço”, de 1942.

Em meados do século XX, com o destaque alçado pelos grupos de escritores cultivados em volta de periódicos publicados pela imprensa, como em Angola, com a *Mensagem*, ou em Cabo Verde, com a *Claridade*, as expressões literárias distanciaram-se daquilo que foi uma literatura colonial. Para Noa (2008, p. 38), tal

literatura colonial era marcada por uma perspectiva que se concentrava na presença dos colonizadores na África e que registrava a subalternidade dos africanos.

Esses aspectos também são observados no contexto moçambicano. O surgimento de uma literatura que, “[...] sistemática e conscientemente, se procura afirmar como moçambicana” se deu na década de 1940, impulsionada pelo lançamento do periódico *Itinerário*, o qual perdurou de 1941 a 1955 (NOA, 2008, p. 38).

Observa-se, assim, que a consolidação das literaturas nacionais africanas esteve estreitamente ligada às publicações jornalísticas. O triplo papel da imprensa, como instância que reuniu importantes intelectuais, como fonte de divulgação literária e como veículo de reivindicação político-social, contribuiu para que a literatura africana, como no caso dos países de língua portuguesa, possua em seu gene simultaneamente o registro histórico e o ficcional.

Por isso, Noa (2008, p. 35) afirma que:

No permanente jogo de representações de que a arte africana, no seu todo, é pródiga, invariavelmente se tecem, diluem e refazem as fronteiras entre obra e contexto, numa reinvenção quase sempre vibrante quer do vivido quer dos artifícios compositivos que desafiam tanto a estabilidade conceptual da arte como a da própria estrutura do real. (NOA, 2008, p. 35).

Dessa forma, a autonomia temática e estética experimentada pela geração do *Itinerário* valorizou aspectos locais sem abandonar o tom denunciante contra a opressão e as injustiças impostas pela colonização. Destacaram-se Fonseca Amaral, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Orlando Mendes, entre outros, empenhados na construção da identidade literária moçambicana, antes da independência (NOA, 2008, p. 39).

Na década de 1960, esses autores se consagraram, ao passo que surgiram novos contistas e poetas. Surgiu também a obra *Nós matamos o cão Tinhoso*, de Luís Bernardo Honwana, em 1964, como uma das mais importantes da literatura moçambicana, e o periódico *Caliban*, guiado pela pluralidade criativa e pela preocupação com os aspectos sociais da época.

Nos anos que antecederam a independência de Moçambique, sobressaíram-se divergências ideológicas entre os que defendiam o compromisso da literatura no engajamento político e os que defendiam um afastamento dessa responsabilidade. Essas disputas marcaram a revista *Tempo* na década de 1970.

No início da década de 1980, com as novas tendências motivadas pela criação da Associação dos Escritores de Moçambique (AEMO) e da revista *Charrua*, vinculada ao grupo, a produção moçambicana experimentou uma nova fase, de ampliação das suas publicações e de significativo valor literário. Segundo Francisco Noa (2008, p. 41),

É a explosão de uma liberdade subjetiva e criativa que vai permitir o relançamento de uma escrita que, nascida sob o signo de Prometeu, instituiu uma historicidade e uma aura próprias, em que o inconformismo do verbo e a inquietação identitária se fundem na sua imagem de marca. (NOA, 2008, p. 41).

Nesse contexto, surgiu Ungulani Ba Ka Khosa, autor da novela “Ualalapi”, de 1987, além de outros notáveis escritores, como Luis Carlos Patraquim, Aldino Muianga, Paulina Chiziane e Mia Couto.

Inocência Mata (2000) considera que, após a fase do nacionalismo que marcou as literaturas africanas, veio a fase da consciência pós-colonial, apesar das versões controversas que têm definido este termo. Para uns, pós-colonial remete ao contexto em que determinadas sociedades viveram após a imposição do sistema colonial. Para outros, pós-colonial refere-se à situação vivenciada por essas sociedades com a independência.

A respeito do termo pós-colonialismo, Thomas Bonnici (1998; 2003) traz contribuições relevantes para o estado da arte sobre o assunto e apresenta conceitos fundamentais dos estudos pós-coloniais que marcaram especialmente a década de 1990. Para o pesquisador em teoria literária, literatura pós-colonial remete ao contexto de produção literária marcada pela colonização. Essas expressões literárias são marcadas por dois fatores: “(1) a progressão gradual da conscientização nacional e (2) a convicção de serem diferentes da literatura do centro imperial.” (BONNICI, 2003, p. 232).

No contexto das literaturas africanas de língua portuguesa, aquilo que Inocência Mata nomeou como complementaridade entre opostos é para ela um dos componentes que formarão a expressão da pós-colonialidade. Um segundo elemento do processo de construção do pós-colonialismo é o que ela nomeia como “remitologização”, uma característica que se afasta da ideia de ruptura, mas que “[...] aponta para a reescrita e a repaginação da(s) identidade(s) cultural/ais [...]” (MATA, 2000, s/p.). Esses aspectos são complementados pela atitude de rejeição às

instituições e às significações do colonialismo, de modo que a postura pós-colonial critica também o que se “herdou” dos movimentos de pós-independência.

Para Inocência Mata, no pós-colonialismo das literaturas africanas de língua portuguesa, são mobilizadas estratégias “contra-discursivas”, buscando opor-se, entre outros aspectos, à ideologia de nação uniforme, como a defendida no período do nacionalismo anti-colonial.

Orientando-se por essas compreensões, identifica-se que a tomada de consciência na escolha dos nomes de lugares pode demonstrar uma postura pós-colonial, como foi retratada na obra “Crônica da Rua 513.2” por João Paulo Borges Coelho. O prólogo do romance suficientemente revela exemplos disso, pois o narrador é a voz que critica aspectos de superposição toponímica e de transplantação toponímica, fenômenos que expressam a postura colonial, assumindo uma perspectiva contra-discursiva como a elencada pela escritora são-tomense.

Dessa forma, neste trabalho, relacionamos três elementos que, inicialmente, coadunam-se no romance “Crônica da Rua 513.2”, buscando atestar que o autor construiu uma ficcionalização da relação entre o nome próprio de lugar e o seu valor como manifestação de resistência ao colonialismo. Nesta proposta, buscamos defender que o topônimo se reveste de sua característica fossilizadora, como tesouro que resguarda a memória do povo e da cultura que habita um lugar.

“CRÔNICA DA RUA 513.2”: A FICÇÃO E A HISTÓRIA

O romance “Crônica da Rua 513.2”, foi publicado originalmente em 2006. A obra é dividida em 23 capítulos, dentre eles um prólogo e um epílogo. O enredo aborda as relações entre os moradores da Rua 513.2, a qual representa metonimicamente Maputo, no contexto pré e pós revolução que culminara na independência de Moçambique.

A propósito, o narrador trabalha com esse movimento temporal, começando pelo presente, retornando ao passado e depois novamente ao presente. Além disso, são apresentadas tramas e características sociais que podem ser identificadas no contexto maior da capital moçambicana. No entanto, o enredo não se centraliza em um protagonista provavelmente é o próprio lugar que toma esse posto.

No prólogo, intitulado “Sobre os nomes das ruas”, o narrador, ao passo que apresenta os personagens, descreve o lugar e reflete sobre o registro dos nomes das ruas locais. Nesse percurso narrativo, são introduzidos os personagens Valgy, um indiano tratado como louco que é alvo das brincadeiras das crianças na rua; Filimone Tembo, um secretário do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e sua esposa Elisa. Esse casal é atormentado pelo fantasma colonial Monteiro, apresentado como um ex-inspetor da PIDE, cuja vida é contada quando o narrador rememora o tempo do colonialismo. O cenário apresentado pelo narrador contextualiza a saída dos portugueses e de outros estrangeiros das casas e das vilas, que passam a ser ocupadas por moçambicanos. Mas os “fantasmas portugueses” insistem em habitar aquelas residências.

Entrelaçando essas tramas, o narrador reflete sobre as escolhas dos nomes próprios que batizam as ruas locais, simbolicamente criticando a realidade toponímica de Maputo. Sabe-se que a capital moçambicana é marcada por uma maioria de topônimos de ruas registrados com algarismos. Poucas dessas ruas não são identificadas com números. A própria cidade passou por alterações no seu nome oficial. Antes da independência, o topônimo homenageava Lourenço Marques, um explorador português que acostou no Rio Limpopo antes de chegar ao Rio Maputo, no século XVI. Apropriando-se daquelas terras, tornou-se a referência para o topônimo que nomearia o local, “terras de Lourenço Marques”. Com o passar do tempo, alguns nomes próprios de lugar foram alterados para nomes que fizessem referência à cultura autóctone moçambicana e seus personagens principais.

A ONOMÁSTICA LITERÁRIA

A nomeação é uma atividade humana presente nas mais diversas culturas, no passado e no presente. De acordo com Aparecida Negri Isquerdo (2020, p. 9), a atividade de nomeação é inerente à espécie humana e somente a ela, distinguindo-nos dos outros seres vivos.

A onomástica é a área das ciências da linguagem que estuda os nomes próprios de pessoas, os antropônimos, e de lugares, os topônimos. A toponímia, por sua vez, é a área dos estudos onomásticos que investiga os nomes próprios de lugar ou topônimos.

A relação que os diferentes grupos sociais possuem com os nomes próprios, desde as sincronias mais distantes, tem interessado pensadores de diferentes áreas do conhecimento. A onomástica interessa à Filosofia, à Antropologia, à Geografia, à História, à Linguística e também à Literatura. Segundo Isquierdo,

Em síntese, o nome próprio, de pessoa ou de lugar, registra e perpetua crenças, valores, procedências de grupos sociais e, por extensão, da sociedade em diferentes momentos de sua história com suas ideologias, devoções, motivações e também seus modismos e valores. (ISQUERDO, 2020, p. 10).

Assim, seja no contexto real seja no ficcional, os nomes próprios de lugar compartilham do potencial revelador de aspectos históricos, sociais, políticos e culturais que marcam um povo, em um dado período e território. Os topônimos apontam para a cosmovisão de mundo de um povo, ou seja, cada povo se relaciona a seu modo com esses nomes. Alguns nomeiam lugares inspirados em elementos sagrados, em divindades e hábitos religiosos; outros são levados a preservar aspectos físicos do lugar e suas riquezas naturais. Outros, ainda, fazem do topônimo uma manifestação de resistência política e cultural e de preservação da memória coletiva de um grupo social (DICK, 1992). A onomástica é, dessa forma, um campo do conhecimento interdisciplinar.

No âmbito da onomástica literária, é possível identificarmos estudos com abordagens teóricas conforme diferentes associações semióticas (icônicas, simbólicas, indexais), como pondera Smith (2016, p. 349). Destacamos, dentre outras, duas linhas de análise: a primeira trata dos aspectos semânticos que motivam a escolha de nomes próprios em obras literárias, como um exercício analítico do potencial simbólico que os nomes revelam sobre o componente criativo que a literatura possui ou mesmo do registro mimético do real; outra concentrada na metaonomástica, ou seja, no estudo de como obras ficcionais apresentam discussões sobre o processo de nomeação de pessoas ou lugares.

As duas perspectivas de análise interessam ao estudo de nomes próprios apresentados em “Crônica da Rua 513.2”. Sob a primeira perspectiva, Nazir Can (2008), estudou os antropônimos, ou seja, os nomes dos personagens desse romance, justificando sua escolha da seguinte forma:

A identificação pelo nome próprio adquire uma função importante na narração, já que constitui, por um lado, um dos factores de lisibilidade (a referência à mesma coisa facilita o papel do leitor) e, por outro, pode funcionar como marcador social, de pertença, de origem). (CAN, 2008, p. 32).

Assim, Can (2008) analisou as variações dos registos dos nomes dos personagens, os sentidos aos quais esses nomes remetem na narrativa e na relação com a história de Moçambique, a despersonalização e o anonimato.

Pelo segundo viés, o metaonomástico, o qual interessa neste trabalho, destacam-se, no prólogo da obra, as reflexões sobre os topônimos na voz do narrador e nos diálogos entre os personagens moçambicanos que vão avançando na ocupação das ruas, até se depararem com a Rua 513.2. A discussão configura-se como metaonomástica em duas camadas: uma sobre as relações que os grupos humanos estabelecem com o nome próprio (como este representa as ideologias daqueles; como o nome atravessa o tempo; como o nome simboliza resistência quando o cenário sócio histórico muda) e outra sobre os aspectos semânticos que revelam a motivação dos personagens para a escolha de cada topônimo. Essas informações podem ser relacionadas ao longo de vários trechos do prólogo “Sobre os nomes das ruas”.

Na parte introdutória do romance, é possível deduzir a preocupação com o registo dos nomes que mais se identificam com o povo que retomou a ocupação do lugar e que está expulsando os estrangeiros. A partir do trecho “Um pouco mais tarde nacionalizar-se-iam as pessoas, as coisas e os lugares, por razões de justiça e também de dignidade. Incluindo-se, obviamente, os nomes.” (COELHO, 2020, p. 2), revela-se que a ficção compartilha das mesmas observações teóricas registradas por Isquerdo (2020, p. 9), quando a linguista afirma que “Desde os primórdios da humanidade, o ser humano nomeou pessoas, sensações, coisas, espaços como forma de identificá-los, de garantir o pertencimento, de marcar territórios, de imprimir a sua marca a tudo que o rodeia.” (ISQUERDO, 2020, p. 9). Assim, os nomes próprios identificam, particularizam, pessoas, lugares, propriedades, entre outros elementos, e são escolhidos a partir de motivações diversas a depender do indivíduo ou do grupo social que nomeia. É na tentativa de “imprimir a sua marca” que os personagens identificam a necessidade de “nacionalizar” os lugares através dos nomes.

Embora não seja o foco deste trabalho empreender uma discussão sobre aspectos intertextuais, é pertinente ilustrar, neste momento, que a onomástica também surge como elemento relevante no poema “Hino à minha terra”, que o poeta

moçambicano José Craveirinha escreveu no período em que se constituía a literatura moçambicana efetivamente. Ao longo desse poema, são relacionados inúmeros topônimos moçambicanos, conforme o registro autóctone da língua ronga. Nele temos:

*O sangue dos nomes
é o sangue dos homens.
Suga-o também se és capaz
tu que não o amas
[...]*

*E grito Inhamússua, Mutamba, Massangulo!!!
E torno a gritar Inhamússua, Mutamba, Massangulo!!!*

*E outros nomes da minha terra
afluem doces e altivos na memória filial
e na exacta pronúncia desnudo-lhes a beleza.*

(CRAVEIRINHA, 1970).

Identifica-se, nesse trecho, como o nome próprio não encerra apenas o objetivo do batismo, mas o da posse, à custa de lutas, de resistência, do sangue dos homens. Não apenas nesse fragmento, mas também em outras partes do poema, identifica-se a relação que o eu lírico possui com a sua terra natal e como ela é evocada no momento em que pronuncia, em língua ronga, os nomes dos lugares mais inesquecíveis. A posse, a simbologia e a memória cultivada sobre o lugar se dão pelo seu nome.

Retomando sobre a análise da primeira camada metaonomástica, são discutidos os processos de substituição de topônimos. Entretanto, a substituição de nomes não é um processo simples, pois, a despeito das motivações neles registradas, são as relações que as pessoas estabelecem com eles que vão determinar a sua sobrevivência. Assim,

Partiram uns nomes, chegaram outros. Houve também casos, muitos, em que velhos nomes se foram deixando ficar até que alguém os descobrisse e pusesse fora, para que outros novos e mais adaptados tivessem também direito a ser reconhecidos e lembrados. Houve até nomes, embora raros, que era para terem partido há muito mas foram adiando essa partida, acabando nós, benevolentes, por lhes ganhar afeição. (COELHO, 2020 p. 4).

Dessa forma, apesar do empenho dos personagens do romance em apagar do lugar a presença dos colonizadores, simbolicamente substituindo os topônimos por estes escolhidos, alguns controversamente não sofreram alterações.

Na obra “Crônica da Rua 513.2”, são apresentadas reflexões sobre dois tipos de processo de substituição dos nomes de lugar: o da superposição toponímica e o da transplantação toponímica. A superposição toponímica refere-se ao fenômeno de substituição de um topônimo que já fora escolhido por um determinado grupo humano, mais antigo a se estabelecer no lugar, por outro topônimo designado por um segundo grupo humano, o qual age motivado pelo desconhecimento do nome original ou pela intencionalidade em privilegiar aspectos da sua cosmovisão de mundo, superpondo, assim, um nome em relação ao outro (DICK, 1982).

A superposição toponímica, como definida acima, surge no romance “Crônica da Rua 513.2” entrelaçada aos aspectos metaonômásticos que temos discutido neste estudo, observáveis no seguinte excerto:

Há também outra versão, interligada, a daqueles que se mostravam cegos a tudo quanto existiu antes do seu tempo: ‘Chegamos aqui a este espaço onde nada existia, desenhamos um projeto com perspectiva e vista (boa), riscamos a rua a teodolito, régua e compasso, plantamos sombras, fomo-la concretizando. Você vieram depois, cercando-nos para ocupar os postos de trabalho que entretanto se iam criando.’ (COELHO, 2020, p. 7).

Assim, identificamos que os colonizadores são caracterizados como “cegos” e como precursores da ocupação do lugar, quando, na verdade, estão ignorando que ali houvesse outro povo e outras formas de organização social antes da sua chegada, apropriando-se do lugar, inclusive do topônimo.

A ocupação desses estrangeiros às margens do oceano que banha a cidade obrigou aos nativos a se interiorizarem, distanciando-se do mar, e suprimiu a sua versão sobre o próprio lugar, como apresentado no fragmento:

São pois mais do que uma as versões desta geográfica disposição, inúmeras, mas falta a versão do bairro popular, emaranhado escondido atrás das casas de cimento, espreitando o mar em bicos de pés por cima do ombro delas. Um bairro que confiava na tradição e não sabia escrever, que não sabia sequer que era preciso deixar a sua versão antes que chegasse outra qualquer para se sobrepor a ela. (COELHO, 2020, p. 7).

Portanto, na perspectiva de Inocência Mata (2000) sobre o recurso contradiscursivo, a tomada de consciência ficcionalizada no romance atravessa o desejo de

registrar a versão que melhor condiz com acontecimentos que marcaram o lugar na perspectiva dos seus nativos.

A transplantação toponímica, por sua vez, refere-se aos nomes que designam determinados espaços e que se deslocam junto com seus emigrantes passando a nomear outro lugar. Nas palavras de Dick (1982, p. 83), o topônimo transplantado “[...] é o designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo [...]”, o que sugere a situação em que o lugar de origem do topônimo e o novo lugar ocupado guardam semelhanças a ponto de os emigrantes designarem o segundo com o nome de sua terra natal, homenageando-a.

Na obra “Crônica da Rua 513.2”, o narrador reflete sobre os nomes transplantados e rejeita a presença daqueles que replicam outros topônimos já presentes na terra de seus algozes, Portugal:

E dentro destas cidades e vilas, as casas e as ruas: Vila Algarve, uma casa cujo nome apela cinicamente ao sol, quando devia ter-se chamado cada da Pide, das torturas e das sombras, casa da morte e da maldade. [...] Ambiguidades, enfim, de que a revolução não podia compadecer-se. (COELHO, 2020, p. 3).

O interessante desse trecho é a presença não apenas da rejeição ao nome “Algarve”, mas a justificativa de que, se for para tornar o topônimo um símbolo, uma marca para o seu povo, que se chamasse então de “casa da Pide”, mesmo que a lembrança aí referida seja dolorosa.

Em outras circunstâncias, esse tipo de homenagem é motivado simplesmente pelo saudosismo. Como afirma Dick (1982, p. 95),

[...] em qualquer país de imigração, topônimos deslocaram-se, portanto, ou acompanhando as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentada ‘saudade’ da terra natal, ou separadamente do elemento humano que imigrou, impulsionado, apenas pelo próprio prestígio [...], configurando, neste caso, um típico exemplo de ‘mimetismo toponímico’. (DICK, 1982, p. 95).

A autora ainda complementa afirmando que a transplantação toponímica pode ocorrer porque o nomeador considera que o nome da sua terra natal tem mais prestígio cultural que os nomes de outros locais secundários (DICK, 1982, p. 96).

TOPÔNIMOS E RESISTÊNCIA PÓS-COLONIAL EM “CRÔNICA DA RUA 513.2”

A abordagem metaonomástica, no âmbito da onomástica literária, pode referir-se também a uma camada de discussão sobre a motivação dos personagens quanto à escolha de um nome próprio que vai identificar um lugar. Há inúmeros trechos da obra “Crônica da Rua 513.2” que ora poderiam exemplificar reflexões que o narrador e os personagens fazem sobre a motivação semântica dos topônimos, ora registram os procedimentos mais naturais na busca pelo nome ideal.

No diálogo a seguir, identificamos essa segunda perspectiva:

- E esta, que rua será ela, camaradas? – pergunta quem vai na frente.
- Rua do Milho! Rua do Feijão! – respondem os camponeses, pensando já na abundância que se vai seguir. Mas é baixa a sua voz, ensinados que foram a respeitar.
- E logo outras vozes se sobrepõem, entusiásticas:
- Não! Antes rua de tal data ou de tal nome, para que umas sejam celebradas e outros não sejam esquecidos!
- Que seja! – diz quem decide. – Ruas de datas e de nomes! (COELHO, 2020, p. 11).

Esse fragmento exemplifica como cada topônimo reflete a motivação que guiou um indivíduo ou um grupo social na sua escolha. Essa motivação semântica, conforme Dick (1992), pode ser de dois tipos: de natureza física, quando aponta para aspectos naturais, como características da vegetação, da fauna ou de outros aspectos geográficos; de natureza antropocultural, quando aponta para aspectos sociais, históricos, culturais ou quando privilegia homenagens a outros lugares e a personalidades importantes. Identifica-se, assim, que, pelo olhar dos personagens desse romance, devido à história recente que marcou a memória coletiva do seu povo, devem-se priorizar antropotopônimos e historiotopônimos.

Os antropotopônimos são aqueles que fazem referência aos nomes próprios de pessoas e que, muitas vezes, homenageiam personalidades históricas ou de grande importância para o grupo que escolheu o designativo. Em “Crônica da Rua 513.2”, o narrador cogita a possibilidade de se utilizar de um antropotopônimo para nomear a referida via, recorrendo para isso possivelmente à expressão máxima de personagens que marcaram a história local, como aqueles que derrotaram Gungunhana.

Não nos espantaria se tivesse o nome de um qualquer capitão-de-mar-e-guerra de bigodes farfalhudos, daqueles que combateram o Gungunhana com uma valentia agora posta em causa. Afinal, foi uma rua colonial habitada por comerciantes e polícias, despachantes e doutores, e servida por mainatos de pés descalços e aventais engomados. (COELHO, 2020, p. 1).

As reflexões sobre a ação de homenagear personalidades nos nomes próprios de lugar são retomadas em outras passagens da obra, por exemplo, quando o narrador considera como absurda a atitude de designar ruas e bairros referindo-se a figuras autoritárias, como destacamos em:

Onde já se viu o despautério de chamar Salazar a uma vila que o velho ditador nunca sequer visitou? Despautério de lhe dar o nome de quem nunca por ela se interessou a não ser talvez fugazmente, quando um funcionário zeloso lhe disse: ‘Excelência, demos o seu nome a tal longínquo local.’ E ele, modesto, na sua voz de falsete: ‘Não era preciso tanto, não era preciso tanto mas está bem: o que está feito está feito, não vamos agora voltar atrás que é sinal de titubeação.’ (COELHO, 2020, p. 2).

O narrador também questiona por que insistir em nomear as vilas referindo-se a pessoas que sequer se importavam com tais lugares e que nunca se entusiasmaram em conhece-los. Temos o trecho:

Uma vila tão bela e feia quanto as demais, mas olha-se para ela e salta à vista que só podia ser Matola, nunca Salazar. E quem diz esta, diz outras: Porto Amélia (que é porto é porto, mas que nos diz agora a tal rainha dona Amélia?); Vila Cabral de um Cabral desconhecido de todos os lichinguenses; Vila Gouveia de um anónimo Gouveia; e tantas mais. (COELHO, 2020, p. 3).

Esses topônimos poderiam ser substituídos por outros mais importantes para a história do lugar. O narrador reivindica, então, a lembrança de personagens relevantes para a vitória que instituiu a independência nacional, a exemplo de Evenia Seven e Belina Pita Framenga, “[...] ditas *Toyotas* da guerra porque foram mulheres como elas que transportaram a comida e os obuses para cima e para baixo, nos meandros do mato; mulheres que se apagaram para que os combatentes pudessem acender-se [...]” (COELHO, 2020, p. 3, grifo do autor).

Já os historiotopônimos referem-se a acontecimentos que marcaram a história de um lugar, podem remeter a datas comemorativas, a movimentos e a membros desses movimentos. No romance de João Paulo Borges Coelho, o narrador faz menção à existência de alguns historiotopônimos no lugar ficcionalizado.

Esgotados os nomes, trouxeram-se as datas. Mas as datas são limitadas, apenas trezentas e sessenta e cinco por ano, descontando os anos bissextos, e para dar conta da profundidade da mudança houve que voltar novamente ao início, ficando assim explicado o mistério de haver inúmeros *25 de Setembro*, incontáveis *3 de Fevereiro* ou repetidos *25 de Junho*. (COELHO, 2020, p. 3, grifos nossos).

De natureza antropocultural existem também os corotopônimos, aqueles que se referem a topônimos já utilizados para nomear outros lugares, mas que não necessariamente são transplantados, porque não obedecem à característica pertinente a estes de acompanhar os deslocamentos dos nomeadores. A natureza dos corotopônimos está mais relacionada a semelhanças descritivas entre os dois lugares ou à reconhecida importância do primeiro a ponto de ser referência para nomear o segundo lugar. Na obra “Crônica da Rua 513.2”, o narrador considera que a Rua 513.2 poderia ser chamada de Sahara, dadas as semelhanças entre ambos pela presença abundante de areia, “por que não Rua do Sahara” (COELHO, 2020, p. 6).

Outro tipo de topônimo de natureza antropocultural é o animotopônimo, que se refere à expressão de sentimentos, ou a elementos de natureza espiritual ou à avaliação sobre uma dada qualidade do lugar, entre outros aspectos. No romance, identificamos o momento em que é cogitada a opção por um animotopônimo para nomear a rua como “Rua da Boavista”.

Rua da Boavista, também, porque as casas estão tão próximas – com as suas janelas rasgadas e os seus muros baixos de 0,5132 metros de altura – que os vizinhos se veem sempre uns aos outros nas suas intimidades ou em mais públicas posturas, quando se entregam aos rituais privados do amor ou discussão, ou então quando regam os jardins e dão lustro aos automóveis. Vista apazível em certos casos, comprometedora noutros, mas vendo-se sempre tudo bem. (COELHO, 2020, p. 1-2).

Além dos topônimos de natureza antropocultural, há passagens do prólogo que discutem sobre os topônimos de natureza física, especialmente os fitotopônimos, que se referem aos nomes que remetem a aspectos da vegetação. Em “Crônica da Rua 513.2”, o narrador reflete sobre como as buganvílias poderiam designar a rua, visto que elas se destacam na paisagem local, como identificamos no trecho:

Rua das Baganvílias. Porque não Rua das Baganvílias? Até porque crescem em todos os quintais como o capim no mato, polvilham de roxo, laranja e branco a casa que ainda é do senhor Basílio Costa, despachante, mais

rebeldes porque livres da tesoura de poda da esposa do dito, agora que ela se foi mais os contentores dos seus haveres [...]. (COELHO, 2020, p. 2).

Além desse fitotopônimo, como já mencionamos anteriormente, no diálogo entre os personagens, cogitou-se o nome de “Rua do Milho” ou “Rua do Feijão”, pela importância que esses grãos têm para a sobrevivência de seu povo.

Ao final do prólogo, quando os estrangeiros estão saindo da cidade, é apresentada uma metáfora sobre a retomada do lugar pelos verdadeiros moradores relacionando-a ao mar e cada onda é um aspecto (re)apropriado por esse povo. Podemos manifestar, a partir do exposto, que o registro de novos nomes são uma dessas ondas, ou seja, um dos aspectos que representam a luta e a vitória destes sobre os anteriores, como expresso no trecho “Avança e vai batizando as ruas por onde passa.” (COELHO, 2020, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivamos discutir sobre a relação entre toponímia e literatura a partir da leitura e da análise do prólogo do romance “Crônica da Rua 513.2”, de João Paulo Borges Coelho. Na esteira da onomástica literária, priorizamos a análise de como o processo de nomeação de lugar foi ficcionalizado.

Os exemplos destacados do romance “Crônica da Rua 513.2” são pertinentes para justificar que o empreendimento narrativo desenvolvido guarda estreitas relações com a perspectiva pós-colonial que tem marcado a literatura moçambicana, a partir da pertinência dos estudos de Noa (2008), Mata (2000) e Bonnici (1998; 2003).

Demonstrou-se, desse modo, o potencial que a antroponímia e a toponímia, como subáreas da onomástica, têm em revelar aspectos da organização familiar e social, fatos históricos ou personalidades importantes para um dado povo. Além disso, os nomes próprios podem operar como tesouro da memória individual e coletiva, uma vez que as especificidades que motivam a escolha dos nomes podem acompanhar o percurso histórico e as transformações político-sociais e culturais latentes para um grupo social, imprimindo nos nomes próprios marcas temporais. Consideramos, por fim, que tais informações são pertinentes também quando da transposição do hábito de nomeação da realidade para a ficção.

A literatura, de modo geral, e a obra de João Paulo Borges Coelho, de modo particular, como demonstrou-se neste trabalho, continuam sendo para Moçambique importantes aliadas na preservação da memória e no registro crítico e, ao mesmo tempo, esperançoso sobre a construção e o fortalecimento do país diante do eco de colonialismo que insiste em perdurar após a independência.

REFEÊNCIAS

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07- 23, 1998. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v19_n1_1998_art_01.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.

_____. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária**. Abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2003, p. 205-221.

CAN, Nazir Ahmed. Os fantasmas da revolução na *Crônica da Rua 513.2*, de João Paulo Borges Coelho. **Via Atlântica**, n. 21, p. 201-205, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268347139.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. **Traficando identidades**: la construcción del *ethos* intermedio en Crónica da Rua 513.2 de João Paulo Borges Coelho. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada), Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2008. Disponível em: <https://silo.tips/download/traficando-identidades>. Acesso em: 20 out. 2021.

COELHO, João Paulo Borges. **Crônica da Rua 513.2**. Maputo: Ndjira, 2006. / São Paulo: Editora Kapulana, 2020.

CRAVEIRINHA, José. Hino à minha terra. In: _____. **Xigubo**. Lisboa: Edições 70, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 3 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

_____. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 24, p. 75-96, 1982. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69706>. Acesso em: 26 out. 2021.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Prefácio. In: AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020, p. 9-25. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555500011-453/list#undefined>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MATA, Inocência. **O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa.** 2000. Conferência apresentada no Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos de Ásia e África, 10., 2000, Rio de Janeiro. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033274/mod_resource/content/1/MATA%20C%20Inoc%20-%20O%20p%20s-colonial%20nas%20literaturas%20africanas.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

NOA, Francisco. Literatura moçambicana: os trilhos e as margens. *In*: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Moçambique: das palavras escritas.** Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 35-45.

SMITH, Grant W. Theoretical foundations of literary onomastics. *In*: HOUGH, Carole. (Edt.). **The Oxford handbook of names and naming.** Oxford: 2016, p. 338-353.